



Anais da Assembléia

N.º 97

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 27 DE AGOSTO DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 91ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 1979

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Alberto de Oliveira e Mário Celso.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações ao Sr. ZACHARIAS VIEIRA, eleito ontem (26/08/79) Presidente do Diretório Municipal do MDB de Piraquara.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1979.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

Enfrentando-se época onde os líderes encontram as mais violentas dificuldades, o Sr. Zacharias Vieira conseguiu unir em torno de seu nome todas as correntes de oposição no Município de Piraquara. Tratando-se, ainda, de um nome que dignifica a política do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações à Sra. THELMA DANTAS, eleita ontem (26/08/79) presidente do Diretório Municipal do MDB de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1979.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

Em época que a mulher procura de todas as formas fa-

zer valer seus direitos e obrigações, Thelma Dantas, consegue aglutinar em torno de seu nome, conforme eleição de ontem, todas as forças do MDB de São José dos Pinhais. Sendo Vereadora naquele município realiza um trabalho que a credencia como grande líder de nossa política.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Gal. Ney Aminthas de Barros Braga e ao Senhor Secretário de Estado dos Recursos Humanos, a fim de que estudem e verifiquem a possibilidade do Governo Estadual, conceder aos funcionários estaduais reajuste salarial semestral nos índices definidos pelo Governo Federal para os assalariados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1979.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

Defendi, recentemente, desta tribuna, o anteprojeto de lei de autoria do eminente Governador Ney Braga que objetivava a abertura de um crédito especial para atender despesas com o funcionalismo estadual. Afirmei, então, que votaria a favor por compreender o largo alcance social da lei que beneficiaria mais de 49 mil funcionários servidores estaduais dos mais humildes como as serventes aos mais graduados, além de oferecer maiores oportunidades de emprego a centenas de paranaenses.

Minha preocupação, na ocasião, era a de que não faltasse ao Governo, condições de implementação de medidas já aprovadas por esta Assembléia e que estão ou iriam ser colocadas em prática pelo atual Governo que conhece e reconhece o valor do funcionalismo se a lei fosse aprovada.

Hoje volto à tribuna para tratar do mesmo tema — o funcionalismo público. E o faço, desta vez, não para defender um projeto governamental, mas com a autoridade de quem não lhe negou apoio numa hora importante, oferecer uma sugestão e reivindicar a adoção de uma medida: que se estude, desde já a possibilidade de reajustar, a partir do próximo ano, o salário dos servidores estaduais, a cada semestre.

Tal medida, os jornais anunciam que será implantada pelo Governo do Presidente João Figueiredo para os assalariados regidos pela CLT, evitando assim que os aumentos anuais sejam corroídos pela inflação. Creio que ninguém negará o seu aplauso a essa medida, corregidora de distorções e a tantos anos legitimamente reivindicada pelos trabalhadores brasileiros.

Entretanto, fontes governamentais informaram que os funcionários estaduais, federais e municipais não serão beneficiados pelo projeto. Nem poderia ser de outra forma, pois os funcionários federais devem ter a situação definida pelo DASP e os estaduais pelos Governos dos Estados, bem como os servidores municipais pelos municípios.

A par disso, existe, bem sei, um entrave principal: os orçamentos com a previsão de quanto se gastará com o funcionalismo são elaborados anualmente, assim, a questão dos reajustes semestrais só poderá ser resolvida quando da elaboração do Orçamento do próximo exercício. Mas esta é a hora de pedir ao Governador Ney Braga, que determine os estudos necessários para que, se possível, o Orçamento que será encaminhado a esta Casa nos próximos dias, já esteja adaptado a esse no sistema de majoração salarial.

Reconheço que tal medida não é de fácil implantação, pois dos recursos próprios do Tesouro Estadual — da ordem de dezenove bilhões e meio de cruzeiros — o Governo já gasta a metade com os servidores estaduais, por volta de nove bilhões de cruzeiros. Mas, creio na capacidade administrativa e na imaginação criadora da atual equipe de Governo, liderada por um homem que nunca se negou a implantar medidas justas que beneficiem o funcionalismo dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo que é o Governador Ney Braga que por isso ao longo de sua notável vida pública granjeou o apoio e o estímulo do quadro de servidores do Estado.

Por ser sabedor de seu desejo de ampliar os benefícios ao funcionalismo estadual é que lhe dirijo este apelo, na certeza de que o Governador Ney Braga, dentro do possível, saberá encontrar uma fórmula que atenda essa justa reivindicação do funcionalismo estadual, mesmo que, possui inúmeros funcionários regidos pela CLT que irão ser beneficiados pelo projeto do Governo Federal e assim, aumentaria de forma desmesurada a diferença entre os funcionários regidos pela CLT dos servidores estatutários.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Senhor Secretário da Educação, solicitando providências no sentido de apurar denúncias e tomar providências com respeito a atitudes arbitrárias que vêm ocorrendo no Grupo Escolar Palmital, no Município de Colombo.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1.979.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Segundo denúncia de um pai de aluno, uma das professoras do Grupo Escolar Palmital estaria abusando de sua autoridade, exigindo que os alunos, além do uniforme tradicional, também levassem para a escola um par de chinelos, obrigando-os ao uso diário na sala de aula.

Muitos alunos estão sendo prejudicados com a medida, pois diversos jovens estão perdendo aulas por motivo de falta de chinelo, obrigados até mesmo a desfilarem descalços diante dos colegas.

Estamos enviando, em anexo, a cópia da carta-denúncia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Secretário da Saúde e do Bem Estar Social e Diretor do Instituto de Assistência ao Menor, solicitando-lhes auxílio para a manutenção do "Lar das Meninas", entidade filantrópica de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1.979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

O "Lar das Meninas", mantido pela Associação de Senhoras de Rotarianos de Foz do Iguaçu, entidade filantrópica registrada no Conselho Nacional de Serviço Social, abriga cerca de trinta menores do sexo feminino.

As crianças atendidas procedem das áreas mais carentes daquela região e a Associação mantenedora do "Lar das Meninas" foi reconhecida como sendo de utilidade pública pelo Governo do Estado.

Tendo os Parlamentares desta Casa destinado a maior parcela de suas verbas de Assistência Social para a concessão de bolsas de estudo e para o auxílio de outras entidades, em distribuição feita no início do exercício, cremos que, no

momento, somente a Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social e o Instituto de Assistência ao Menor estariam em condições de atender a essa justa reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado ofício ao Senhor Governador Ney Braga, apelando no sentido de que sejam efetuadas as nomeações dos aprovados nos concursos realizados pelo Governo do Estado na área da Segurança Pública, haja visto a necessidade premente de serem preenchidas as vagas existentes.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1.979.

(a) JOSÉ DOMINGOS.

JUSTIFICATIVA:

Vive o homem, vive a sociedade das grandes e das pequenas comunidades paranaenses momentos de apreensão face à escalada cada vez maior da criminalidade. Vive a sociedade, principalmente, das grandes comunidades, momentos de temor ante as investidas, ante as atividades de uma perigosa parcela dessa mesma sociedade que atua na completa clandestinidade. As nossas autoridades da Segurança Pública, em que pese seus esforços, suas iniciativas visando preservar e garantir o patrimônio, a integridade física da população, nem sempre podem exercer a missão dentro das expectativas.

Ressente-se essa área de recursos humanos. Essa lacuna, entretanto, poderia ser preenchida com as nomeações dos aprovados em concursos do Governo do Estado, para os cargos de delegados de polícia, peritos criminais e outras funções dessa área.

O nosso apelo ao Senhor Governador deve-se pelo fato de sabermos e conhecermos a sensibilidade de Ney Braga quanto aos problemas que afetam a população do nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que seja solicitado do Sr. Diretor da Polícia Civil do Paraná, as seguintes informações:

- 1) Se a Diretoria da Polícia Civil autorizou a Subdivisão Policial de Cornélio Procópio a deslocar uma viatura policial até a Cidade de Sertaneja, juntamente com vários policiais, não sei se civis ou militares, por vários dias, para, ficando à disposição do advogado Pedro Crespi, proceder a demarcação de uma área de terra atualmente em litígio que corre na Comarca de Jacarezinho;
- 2) Caso a Diretoria da Polícia Civil não tenha autorizado, se a Subdivisão Policial de Cornélio Procópio autorizou? Em caso positivo com base em que dispositivo legal?
- 3) Se a Diretoria da Polícia Civil já tomou conhecimento do envolvimento da polícia de Cornélio Procópio, em assunto que não é de sua competência, no caso, o litígio demarcatório, que corre no Juízo de Jacarezinho, desde o ano de 1.926?
- 4) Caso a Subdivisão Policial de Cornélio Procópio tenha autorizado a participação de policiais, com viatura, por vários dias a prestar tal serviço; é de se informar por solicitação de quem e quem o autorizou?
- 5) Se a Diretoria da Polícia Civil, tem conhecimento que a viatura marca Ford Willys da Subdivisão Policial de Cornélio Procópio fora danificada quando da prestação de serviços demarcatórios no Município de Sertaneja e se alguma providência, no

sentido de se apurar a responsabilidade, fôra tomada por parte do responsável pela aludida repartição policial?

- 6) O que levou o Sr. Delegado Adjunto de Cornélio Procópio a determinar a retirada urgente da viatura já mencionada, da Cidade de Sertaneja, no dia 25 de agosto p.passado, em um sábado, onde se encontrava à disposição do advogado anteriormente aludido.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1.979.

(a) JOSÉ TAVARES.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 121/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o “LAR E CRECHE SÃO VICENTE DE PAULO”, com sede e foro na Cidade de Rio Bom.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche a finalidade de amparar as pessoas idosas e crianças de ambos os sexos, carentes e abandonadas, sem distinção alguma, quanto à raça, cor, condições sociais, credo político ou religioso.

A obra não distribuirá lucros, dividendos ou vantagens outras, de qualquer espécie aos seus sócios, benfeitores, mantenedores e dirigentes.

Isto posto, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos nobres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e a final aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 122/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “SOCIEDADE BRASILEIRA ANUNCIAÇÃO”, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1.979.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo da assistência social e filantrópica à comunidade de bairros de nossa Capital.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento das exigências previstas pela legislação estadual em vigor - (Lei n.º 6.994, de 10/01/78).

Com isso, apresentamos o presente plano de lei que esperamos merecerá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós estamos sendo alertados pela imprensa e também pelos homens que militam hoje na Liderança da Agricultura do Paraná, sobre as medidas que o Conselho Nacional do Petróleo irá tomar junto ao Estado do Paraná, suspendendo, a partir do ano que vem, o fornecimento de quotas do “fuel oil” que é

usado hoje na secagem dos projetos alimentícios que o Paraná produz.

Para quem, desde 1.973, quando se iniciou a grande crise energética neste País, com aumentos um atrás do outro, pelos fornecedores de petróleo, o nosso País, principalmente o Conselho Nacional do Petróleo e a própria PETROBRÁS que, na realidade pouco foi o seu empenho em procurar alternativas para esse problema - é muito fácil ao Conselho Nacional do Petróleo, ao próprio Ministro das Minas e Energia, ou outros órgãos afins, se reunirem em salas altamente refrigeradas, com os seus assessores e apresentarem alternativas, como por exemplo, o aumento do óleo Diesel, do “fuel oil”, bem como o não fornecimento de combustível aos sábados e domingos, ou o fechamento dos postos mais cedo, a suspensão de quotas de “fuel oil”, para os agricultores a partir de janeiro que vem.

São medidas que, sinceramente, não haveria necessidade de se reunirem quase que semanalmente, em Brasília, em reuniões dispendiosas, para se tomarem. O que seria necessário é que esses homens procurassem alternativas realmente que viessem de encontro aos anseios das próprias aspirações que o Brasil tanto necessita. Por exemplo: estamos vendo aí que o Conselho Nacional do Petróleo não forneceria mais as quotas.

Só para se ter uma idéia, o ano passado, somente o soja participou com dois bilhões, cento e quarenta e três, milhões, novecentos e setenta e quatro mil dólares no mercado exportador; só o Estado do Paraná contribuiu com oitocentos e sessenta e oito milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil dólares.

Esses números não são suficientes para sensibilizar os nossos homens que dirigem a política no setor econômico.

O Paraná, hoje, que conta com aproximadamente mil e duzentas secadoras, que não são exclusivamente para secar o soja, mas que são usados, também, para secagem do trigo, do milho, da cevada, do arroz, do centeio e de outros produtos que necessitam da secagem artificial.

Por outro lado, se querem conter as despesas, porque não se usam hoje os terminais ferroviários que estão instalados nas fábricas de automóveis, na grande São Paulo, para fazer com que os veículos que não têm nada de perecível, sejam encaminhados às cidades, principalmente onde elas são abastecidas com a rede ferroviária, em cima de trem e não em cima do próprio caminhão, que evitaria combustível.

Uma outra medida: estamos vendo nos jornais, de que provavelmente a Ferrovia da Soja, a ser construída no Paraná, teria um tempo previsto para a sua construção de oito a dez anos. Por que não se fazer nesse período, e que seria uma construção rápida, terminais ferroviários, por exemplo, nas Cidades de Guarapuava, Maringá, Londrina, no Distrito de Mauá e no Município de Telêmaco Borba.

Onde, Sr. Presidente, com esses terminais, os caminhões abasteceriam esses terminais e dali se faria o transporte de trem até o Porto de Paranaguá.

Por outro lado, se querem tirar da agricultura, hoje, à custa de toda uma política errônea, mal feita, no campo energético brasileiro, porque se permite, hoje, ainda o passeio do trigo, do soja, a “ferrovia do silêncio” que é a ferrovia Curitiba-Apucarana-Maringá que, tantos anos depois de inaugurada - aliás, diga-se de passagem, foi inaugurada duas ou três vezes - nunca vi um trem naquela ferrovia.

Uma das curiosidades que sempre tive, era de que quando passasse pela Rodovia do Café pudesse ver um trem naquele belo pontilhão que foi construído nessa mesma ferrovia, na qual não transita nada, está lá, abandonada, acéfala, os aterros desbarrancando todos. E, no entanto, a agricultura que é ainda a “galinha de ovos de ouro” deste Governo, que é a “galinha de ovos de ouro” da economia brasileira, porque é na agricultura que se vai buscar todo o sustento desta Nação. E se quer, exatamente na agricultura, mais uma vez, cortar as suas asas, depenar mais uma vez, em benefício de outras áreas que só

sugam, cada vez mais, a economia de nosso País.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Senhor Deputado Airton Cordeiro.

Antes porém, registramos com muita satisfação, a presença em nosso plenário, do nobre Deputado Olivir Gabardo.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Assumo a tribuna para encaminhar à Mesa, o seguinte requerimento (Lê):

‘Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Num processo histórico de crescente e acelerado desenvolvimento e mediante rápida ocupação pelos homens, o espaço físico da terra está grandemente povoado. O Brasil, com mais de oito milhões de quilômetros quadrados de território e cerca de cento e vinte milhões de habitantes, dentro do mundo, merece uma análise especial. Cada região brasileira é marcada por traços característicos próprios, identificáveis pela linguagem, pelos costumes, pelos problemas e pelas soluções propostas. Até há pouco tempo, eram raros os brasileiros do Norte, do Nordeste e do Sul, reciprocamente, com razoável conhecimento das peculiaridades desses pontos geograficamente tão distantes. No Amazonas, por exemplo, não faz muito tempo, os grandes jornais do País eram lidos com vinte e quatro horas de atraso. Mesmo a televisão, que atualmente muito se aproxima do veículo mais instantâneo de comunicação, o rádio, não conseguia integrar no quadro nacional os brasileiros daquele Estado. No Sul, a mais desenvolvida região brasileira, há menos de quinze anos, uma ligação telefônica de Curitiba a Porto Alegre demorava várias horas e nem sempre, quando possível concluí-la, permitia aos interessados seu pleno uso. Os ruídos e interrupções eram frequentes e prejudiciais.

Historicamente integrado pela língua, pelo regime político e por princípios básicos da Nação, o Brasil viveu centenas de anos dentro do conceito puramente regionalista. Por que? Principalmente, porque éramos um povo e um País pobres em comunicação. Não hesito ao afirmar que das mais importantes obras dos governos revolucionários a da comunicação ganha relevo. Através dela, o Brasil passou a viver integrado e o seu povo teve acesso às melhores e mais acreditadas fontes de informação. A realidade brasileira, apesar de manter suas particularidades regionais, passou a ser contemplada sob a ótica global de análise e definições. A comunicação, escrita e oral, foi escalando progressivamente as regiões brasileiras, vencendo serras, rios, florestas e a distância. Hoje, somos um povo com a mesma informação básica. O fato que é notícia em Brasília, também o é, sem intervalos de tempo em todos os pontos do País. E neste contexto de progresso da comunicação social, o Paraná, graças à atuação das recentes administrações estaduais, adquiriu posição de liderança nacional. Dezenas de nossas cidades são interligadas pelos mais modernos sistemas de telefonia, e muitas, falam com diferentes partes do mundo sem auxílio de operadores intermediários. A televisão, o rádio, os jornais, as revistas, enfim, todo o complexo de comunicação social deste Paraná grande, tem vivido solidariamente os anseios, as vitórias, as decepções, as reivindicações, as necessidades, as posições políticas de um povo que está construindo a sua própria tradição com a generosidade do seu trabalho e da sua cultura. É o jornalismo, amplo, livre, ilimitado nas fronteiras da informação. Jornalismo que é um poder. Poder de origem popular, consagrado pela preferência de ouvintes, leitores, telespectadores. Poder que abrange a primeira das liberdades. A liberdade de imprensa, passo mais importante que um povo pode dar para ser livre, dirigindo a sua vida de acordo com a sua vontade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tão logo iniciou sua nova e importante tarefa de governar o Paraná pela segunda vez, Ney Braga, resoluto e corajoso,

rompeu o viciado sistema de comunicação oficial. Aboliu a informação elaborada pelo próprio Governo e abriu as portas da administração estadual para o exercício da imprensa livre. O exemplo do Governador do Paraná foi seguido por outros governantes, por ser salutar, moralizador e democrático. A partir dessa histórica decisão, as deficiências do sistema de comunicação do Governo do Estado tornaram-se mais acentuadas. Preparada para um tipo de atuação, a estrutura de comunicação social, definitivamente, nos dias desta nova fase está superada. Entre a ação de fazer e os objetivos a alcançar, existe o vácuo ocupado pela ineficiência. As deformações geradas pela última reforma administrativa, no que toca à comunicação social, agora, mais do antes, são sentidas em grau preocupante. Minha preocupação, como Parlamentar e jornalista profissional, tem uma grande amplitude. A qualidade do serviço prestado, o mercado de trabalho que o Governo do Estado representa, e, fundamentalmente, a obrigação da administração pública, que corresponde ao direito do povo, de bem informar. Tenho como princípio da atividade jornalística, que se consubstancia no ato de informar, a prestação de contas à opinião pública. O que pretendo, Senhores Deputados, é a criação de condições para que o Governo do Estado possa melhor ordenar o seu Sistema de Comunicação Social, de acordo com as necessidades impostas pelo desenvolvimento social, cultural, político e econômico. Ninguém pode deixar de reconhecer o valor da imprensa, e de seus profissionais. Sem o trabalho dos profissionais de imprensa, o que fazemos em defesa dos interesses paranaenses não ganha repercussão. A opinião pública é formada pela imprensa ao noticiar e analisar. Esta Assembléia Legislativa, que tanto fez e faz pelo Paraná, só faz ecoar o seu trabalho através da utilização dos meios de comunicação social. Equipar, pois, o Governo do Estado com os instrumentos necessários para melhor praticar o ato de informar, é missão que também cabe aos Srs. Deputados. Beneficiários desta tarefa são todos os paranaenses, que, melhor informados, saberão utilizar os mecanismos ao seu alcance visando a satisfação de suas necessidades. Minha proposta ao Governador Ney Braga, que faço desta tribuna e formalizo através de requerimento à Mesa, é no sentido de criar a Secretaria de Estado da Comunicação Social, adequando o Paraná ao Governo Federal e a outros Estados brasileiros, entre os quais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais. É o que requeiro à Mesa, na forma regimental.”

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1979.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Tendo declinado, concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, inscrito.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, nesta tarde, para fazer a defesa de requerimento que apresentei à Mesa, há poucos instantes. Antes, porém, gostaria rapidamente de registrar uma preciosa colaboração que o jornalista Antônio Carlos Lacerda, através da sua coluna na Gazeta do Povo, um dos mais tradicionais matutinos deste País, apresenta para os Parlamentares desta Casa e para os representantes do Paraná no Congresso Nacional.

É a sugestão que ele formula em editorial muito bem posto hoje, para que Deputados dos dois partidos, nas segundas-feiras, pudessem aqui se reunir, neste plenário ou em dependência especial desta Casa, para dialogar a respeito de graves problemas que afetam a economia do Estado.

Sempre defendi também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a união acima dos partidos políticos, de Parlamentares estaduais e federais para que o Paraná pudesse cada vez falar mais for

te em favor dos altos interesses desta terra.

Defendi Sr. Presidente, Srs. Deputados, recentemente desta tribuna, anteprojeto de lei de abertura de crédito do eminente Governador Ney Braga, para atender despesas com o funcionalismo estadual.

Afirmo então, que votaria a favor por compreender o largo alcance social da lei que beneficiaria mais de 49.000 funcionários ou servidores estaduais dos mais humildes, como os serventes aos mais graduados, além de oferecer maiores oportunidades de emprego a centenas de paranaenses.

Minha preocupação na ocasião, era de que não faltasse ao governo condições de implementação de medidas já aprovadas por esta Assembléia, e que estão ou iriam ser postas em prática pelo atual governo, que conhece e reconhece o valor do funcionalismo.

Hoje, volto à tribuna, para tratar do mesmo tema: O Funcionalismo Público. E o faço desta vez, não para defender um projeto governamental, mas com autoridade de quem não lhe negou apoio numa hora importante, oferecer uma sugestão e reivindicar a adoção de uma medida. Que estude-se, desde já, a possibilidade de reajustar a partir do próximo ano, o salário dos servidores estaduais a cada semestre.

Tal medida, os jornais anunciam que será implantada pelo governo do Presidente João Figueiredo, para os assalariados regidos pela C.L.T., evitando assim que os aumentos anuais sejam corroídos pela inflação. Creio que ninguém negará o seu aplauso a essa medida, corregidora de distorções e que há tantos anos é legitimamente reivindicada pelos trabalhadores brasileiros.

Entretanto, fontes governamentais informaram que os funcionários estaduais, federais e municipais não serão beneficiados pelo projeto. Nem poderia ser de outra forma, pois que os funcionários federais, devem ter a sua situação definida pelo DASP e os estaduais pelos governos dos Estados, bem como os servidores municipais, pelas municipalidades.

A par disso, existe, bem sei, um entrave principal: os orçamentos com a previsão de quanto se gastará com o funcionalismo, são elaborados anualmente e assim a questão dos reajustes semestrais só poderá ser resolvida quando da elaboração do Orçamento do próximo exercício. Mas esta é a hora, Srs. Deputados, de pedir ao Governador Ney Braga, que determine os estudos necessários para que, se possível, o Orçamento que será encaminhado à esta Casa nos próximos dias, já esteja adaptado a esse novo sistema de majoração salarial.

Reconheço que tal medida não é de fácil implantação, pois dos recursos próprios do Tesouro Estadual — da ordem de dezenove bilhões e meio de cruzeiros — o Governo já gasta a metade com os servidores estaduais, por volta de nove bilhões de cruzeiros. Mas, creio na capacidade administrativa e na imaginação criadora da atual equipe de Governo, liderada por um homem que nunca negou a implantar medidas justas que beneficiem o funcionalismo dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, que é o Governador Ney Braga que por isso mesmo, ao longo de sua notável vida pública granjeou o apoio e estímulo do quadro dos servidores do Estado.

Por ser sabedor de seu desejo de ampliar os benefícios ao funcionalismo estadual, é que lhe dirijo este apelo, na certeza de que o Governador Ney Braga, dentro do possível, saberá encontrar uma fórmula que atenda esta justa reivindicação do funcionalismo estadual, mesmo que possua inúmeros funcionários regidos pela CLT que irão ser beneficiados pelo projeto do Governo Federal e, assim, aumentaria de forma desmesurada a diferença entre os funcionários regidos pela CLT dos servidores estatutários.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Fiori Luiz, quinto orador inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Federal Hélio Duque apresentou um projeto que tramita pelas Comissões do Congresso, com relação a aposentadoria dos bancários, caindo para 25 anos. Uma cópia que temos deste projeto de lei diz o seguinte: "artigo 1.º — A aposentadoria especial será devido ao bancário que contando, no mínimo, 60 (sessenta) contribuições mensais e 20 (vinte) anos de trabalho em atividade bancária, tenha trabalhado durante 25 (vinte e cinco) anos. Parágrafo único: — A aposentadoria especial constituirá numa renda mensal calculada de acordo com a legislação previdenciária."

O Deputado Federal Hélio Duque justifica que desde 1.934, os bancários gozavam do direito à aposentadoria com trinta anos de serviço. A Lei Orgânica da Previdência Social, em 1.960, concedeu aposentadoria especial apenas aos aeronautas, aos jornalistas e aos trabalhadores das áreas cujas atividades são consideradas penosas, insalubres ou perigosas, preterindo os bancários. Eles constituem-se numa categoria profissional das que prestam os mais relevantes serviços para o desenvolvimento nacional.

Presentemente, por exemplo, a média de salários da classe bancária chega a situação absurda de quase setenta por cento e perceberem até dois salários mínimos. A isto somam-se os trabalhos suplementares que, muitas vezes, não encontram nível de remuneração justa.

Um projeto que encontrou uma excelente receptividade junto aos bancários, principalmente em Londrina, que nós mantivemos diversos contatos e é evidente que todos os bancários estão torcendo para que este projeto seja aprovado pela Câmara Federal, caindo para 25 anos a aposentadoria do bancário. Que, afinal de contas, os banqueiros sugam os funcionários e também os clientes. O Banco do Brasil, por exemplo, no ano de 1.977, teve um lucro líquido, por dia, de Cr\$... 65.000.000,00. Este lucro diário, o ano passado, atingiu Cr\$... 82.000.000,00, o lucro diário do Banco do Brasil. O Banco mais rentável do mundo. O BRADESCO, apresentou um lucro líquido, diário, em 1.977, de Cr\$ 10.000.000,00 e o ano passado, Cr\$ 13.000.000,00.

Os bancários pediram trinta por cento de reajuste, fora o índice, que é o reajuste normal, anual, contra a proposta dos banqueiros, 2,25; e antes de ontem, esta contra-proposta atingiu cinco por cento. Fala-se inclusive no movimento da própria classe bancária, iniciar um movimento de greve, caso os banqueiros não aceitem a proposta.

Nós deveremos voltar ainda brevemente, a focalizar este assunto, dos bancos particulares e oficiais no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao último orador inscrito, nobre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltamos à tribuna desta Casa do povo, para comunicar ao Paraná, um fato ocorrido na Cidade de Sertaneja, no Norte do Estado, que vem trazendo grande intranquilidade e insegurança à toda a população daquele município.

O fato, Sr. Presidente, Srs. Deputados, diz respeito a uma ação demarcatória que tramita na Comarca de Jacarezinho, requerida por Guiomar de Assis Moreira, no ano de 1.926. E esta ação, curiosamente, no mês de maio, próximo passado, foi decidida, a favor do seu autor. E, em consequência disso, foi iniciada a demarcação, numa área de três mil alqueires de terras, dentre os quinze mil alqueires que Sertaneja possui.

O mais interessante e o mais grave, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é o fato em si da ação; porque o direito de ação é inerente a quem o tem. Mas o que nos chama a atenção e é exatamente esta a razão pela qual nos traz novamente à tribuna desta Casa, para sensibilizar as autoridades governamentais

no sentido do grave problema que está trazendo à população de Sertaneja, porque nesta área que agora está em demarcação, lá residem mais de cem famílias, todos proprietários com escritura pública definitiva e na sua maioria, com hipotecas, referentes a financiamentos junto ao Banco do Brasil.

Mas, o mais interessante, Sr. Presidente, além do aspecto social, que acho o mais grave e o mais sério; é o aspecto da força policial, que vem acompanhando, com prepotência, o advogado do autor, desta ação demarcatória, naquele município. E o curioso, Sr. Presidente, é que a Polícia Civil do Paraná, através da sub-divisão de Cornélio Procópio vem permitindo que uma viatura policial, preta e branca, juntamente com vários policiais fortemente armados, se prestam a favorecer a demarcação. Esta viatura está há vários dias, naquela cidade, e conseqüentemente no município, levando pânico, levando medo e até terror, aos moradores do Município de Sertaneja. E isto não podia ser diferente, porque são trabalhadores, proprietários de terras, pessoas humildes, na maioria, descendentes de japoneses, que dedicam-se ao trabalho, e conseqüentemente tem sido violentado o seu direito de propriedade, por policiais inescrupulosos, arbitrários, e o que é pior, conduzidos por um advogado que tem interesse legítimo na ação.

Por conseguinte, Sr. Presidente estou encaminhando à Mesa, e apelo aos Companheiros desta Casa, para que aprovelem este requerimento dirigido ao Diretor da Polícia Civil do Paraná, onde, Sr. Presidente, faço algumas colocações, para que possamos saber as razões da permanência da viatura policial naquele município, prestando-se a um serviço que não é da sua atribuição, porque se o Juiz da comarca que decidiu a ação demarcatória tivesse determinado que a Polícia acompanhasse os agrimensores, aí sim, era, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de admitir-se, mas isso não ocorreu, nem na sentença, e nem o Juiz, porque estivemos em Jacarezinho e ele nos afirmou que em momento algum ele determinou que força policial acompanhasse o serviço de demarcação.

Por conseguinte, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminho à Mesa um requerimento à Polícia Civil do Paraná, solicitando urgentes providências a respeito da permanência abusiva da Polícia Civil de Cornélio Procópio no Município de Sertaneja.

Muito obrigado. -- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Registro com satisfação a presença em nosso plenário do Dr. Adolfo Krieger Pereira, mui digno Presidente do Tribunal do Juri.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Creio, Sr. Presidente, que o povo do Paraná esteja ansioso para saber realmente o que está ocorrendo com o crime que envolve alguns políticos, locais, um crime de homicídio que ganhou proporções nacionais de grande destaque na grande imprensa nacional.

O povo do Paraná, quando recebe uma notícia de qualquer conflito na área do chamado 3º pólo geo-econômico do desenvolvimento, que é Cascavel, evidentemente aparece em primeiro plano, diretamente o centro regional que é Cascavel.

E ultimamente, Sr. Presidente, as especulações que giram em torno do crime que levou ao sepulcro o jornalista Antônio Heleno Rodrigues dos Santos, criou uma grande expectativa, principalmente no Paraná.

E mais, deixou esta Casa em estado de alerta, quando, juntamente com os eminentes Deputados também por Cascavel, Renato Loures Bueno e Fuad Nacli, com quem encabeçamos um requerimento pedindo a intervenção das autoridades superiores da segurança do Estado, para fazer a observação e as investigações e chegar aos verdadeiros culpados e implicados

nesse hediondo episódio, que manchou mais uma vez o povo que maior contribuição traz no sentido regional, para o desenvolvimento do Estado, que é o Oeste do Paraná, e, especificamente, Cascavel.

Acontece, Sr. Presidente, que o crime de Antônio Heleno ocorreu na terça-feira, pela madrugada. E naquela terça-feira, dia 13 de agosto, esteve aqui, nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o Prefeito de Cascavel, juntamente com o Deputado David Cherigate, com assento nesta Casa.

E naquela semana, não se teve notícia de onde se encontrava aquele Deputado.

Posteriormente, se constituiu essa Comissão e quando já estava integrada por três Srs. Deputados, eleitos por Cascavel, dos quais faço parte, e fomos então, a busca de dar proteção, de hipotecar solidariedade às autoridades policiais, para que o crime fosse desvendado.

E, na segunda-feira, quando aqui encontrava-me...

O SR. GABRIEL MANOEL -- (Pela ordem) -- Sr. Presidente, pediria a Vossa Excelência, com o devido respeito, que observasse ao nobre orador, que respeitasse a ausência de um Deputado nosso.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO -- Sr. Presidente, peço a Vossa Excelência que assegure-me a palavra.

(Soam os tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Continua com a palavra, o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO -- É lamentável, Sr. Presidente, mas não venho fazer acusações a quem quer que seja.

Mas, se há Deputado que queira proteger quem quer que seja, é porque algum interesse subjetivo tem.

Sr. Presidente, na segunda-feira, juntamente com o nobre Deputado Renato Loures Bueno, fomos acusados, aqui, por aquele Deputado. E na terça-feira, já não me encontrava em plenário, quando fui acusado novamente da tribuna desta Assembléia, quando estava em Cascavel, em missão especial, por força de determinação deste Poder Legislativo.

O Sr. Erondy Silvério -- Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO -- Oportunamente.

E o que é pior, Sr. Presidente, em lá chegando, fiquei sabendo de injunções daquele eminente Sr. Deputado, que queria participar da Comissão que acompanharia as investigações e o desenrolar dos episódios em Cascavel. Quando, na verdade, se fosse a minha pessoa que estivesse no lugar daquele Deputado - e é um juízo pessoal, não faço nenhum julgamento da pessoa daquele Deputado - mas faço aqui, Sr. Presidente, a seguinte colocação:...

O Sr. Erondy Silvério -- Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO -- ...nunca chegamos a acusar prefeitos, ou vice-prefeitos desta tribuna.

Acusei, sim, o Prefeito de Cascavel, aqui, há anos, na outra legislatura, porque estava sendo objeto de comentários de corrupção, em Cascavel. E que, no dia 21 de agosto, deste ano, foi denunciado pela Promotoria Pública de Cascavel, com referência ao problema do meio-fio. Mas, esse é outro episódio.

Concedo aparte ao Líder da ARENA.

O Sr. Erondy Silvério -- Obrigado.

Lamento, profundamente, ter que interrompê-lo. Não tenho procuração para defender o Prefeito de Cascavel, nem o faria. Apenas por uma questão de solidariedade com qualquer um dos Srs. Membros do Poder Legislativo do Estado do Paraná, pediria a Vossa Excelência que respeitasse o nobre Deputado David Cherigate, na sua ausência.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO -- Mas ele não me poupou, na minha ausência, Sr. Deputado. E é um direito de defesa que, parece-me, está consignado nos melhores livros de doutrina de Direito.

O Sr. Erondy Silvério — Posso até compreender as razões de Vossa Excelência. O que nós não podemos aceitar é que Vossa Excelência use um termo anti-regimental e aéctico com relação ao nobre Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Quero esquecê-lo, Sr. Deputado, e farei isso no prosseguimento do meu discurso.

O Sr. Erondy Silvério — Não entendi o que Vossa Excelência disse.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Quero esquecê-lo nas minhas palavras e o faço até em apelo feito por Vossa Excelência.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço e encerra-se aqui o meu aparte.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, posteriormente este Deputado, com vistas aos episódios surgidos aqui dessa Casa Legislativa, do tumulto que chegou à renúncia de um eminente Sr. Deputado e a introdução de outro, fui consultado pela minha Liderança, se podíamos ampliar aquela comissão, e eu então, fui forçado a dizer, por uma questão de apelo da população de Cascavel e dos meus companheiros de Cascavel, mesmo àqueles que não acompanham este Deputado politicamente, que não deveria renunciar à Comissão, porque ela já estava desintegrada e que realmente ficou desintegrada, e isso desmerece as determinações a que chegou este Poder Legislativo.

E a verdade, Sr. Presidente, é que este Deputado inclusive não pode sequer adentrar as portas dos gabinetes em que estavam sendo feitas as averiguações. Gabinetes de averiguações, investigações e dos interrogatórios, à determinada altura, porque enquanto a Comissão de Deputados estava intacta, não houve nenhuma injunção da chefia daquelas investigações, mas depois do tumulto que se deu aqui nesta Assembléia, e a mudança de um dos membros, eu inclusive, fiquei impedido de entrar nas salas para acompanhar as investigações e disse muito bem naquela oportunidade, que para esse Deputado seria até uma honra não participar dos atos policiais pertencentes ao grupo político dominante, sendo esse grupo objeto de suspeição e sendo pertencentes a um determinado grupo político, também não poderiam fazer parte na comissão.

Então, como membro da comissão, recusei a participar daquelas investigações mais estreitas, mais ligadas àqueles presos que estavam à disposição das autoridades. Mas, o que venho fazer nesta tribuna, Sr. Presidente, é dizer exatamente que não queremos, de forma nenhuma, influir em qualquer das investigações que ainda estão sendo levadas a efeito, mas que a população de Cascavel, hoje, apesar de todas as notícias dadas pela imprensa e pelas autoridades ainda teme pela severidade e austeridade dos órgãos de segurança. A imprensa de Cascavel e a nacional, tiveram uma participação das mais lúcidas que se pode ter, no sentido da busca da verdade e da repercussão da justiça, e tenho o dever, Sr. Presidente, de dizer que hoje, se o Governo do Estado do Paraná levar a efeito as investigações e apurar, realmente, taxativamente, peremptoriamente os acusados, os mandantes, os autores intelectuais ou materiais, a população do Oeste do Paraná, sem distinção de cor partidária, ficará eternamente gratificada por esta posição escoreita que quer me parecer querer tomar o Governo do Estado do Paraná, e se isto ocorrer, não terei constrangimento de chegar a esta tribuna e prestar este reconhecimento, pelo menos quanto a este problema de ordem pública na minha região, Sr. Presidente.

E o que nós precisamos dizer, nós da Oposição, é que estamos esperançosos, realmente esperançosos, de que a verdade deste fato e de outros serão elucidados, embora tivesse sido necessária a morte de mais uma pessoa de influência no meio da imprensa e no meio político de Cascavel.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Fuad Nacli — Vossa Excelência conhece-me muito bem, e quando seguiu para Cascavel, nós conversamos aqui, os três Deputados: o Deputado Renato Bueno, Vossa Excelência e eu, pessoalmente.

Se não fui a Cascavel, se não estive em Cascavel, nobre Deputado, Vossa Excelência sabe melhor do que que todas as pessoas, todos os telefonemas que eu recebia de Cascavel eram quanto à preocupação dos mandantes e dos criminosos.

Mas a nossa tranqüilidade, posso lhe garantir, afirmar, a nossa tranqüilidade é pela forma como está sendo conduzido o inquérito e que Vossa Excelência acabou de dizer que não teve oportunidade de ir à Delegacia e ouvir o depoimento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu fui à Delegacia, só não pude entrar no gabinete.

O Sr. Fuad Nacli — Mas isto serviu para que o Delegado Especial que estava lá e estive com ele aqui em Curitiba no sábado, e ele dizia que qualquer injunção de interesses de qualquer político, traria problemas, porque...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu não vou dialogar com

Vossa Excelência, porque não estive presente, mas dialogando uma das razões que ia colocar agora, mas aproveito o seu aparte. Uma das razões da nossa presença lá, foi exatamente a de dar proteção e apoio moral, solidariedade, juntamente com os Vereadores José Marcos Formighieri, Valmor Beux, Otacílio Ribeiro e outros próceres políticos e homens de empresa de Cascavel, para pedir ao Delegado Especial, Raimundo Nonato Siqueira que ele teria o nosso respaldo, o respaldo não só de nós, políticos da Oposição, mas políticos da ARENA também, que estavam presentes juntos.

Por aí, Vossa Excelência vê que não tem injunção política. Entretanto, a imprensa também. Não fosse a imprensa, a passeata que foi feita em Cascavel, talvez os rumos daquelas investigações tivessem mudado. E não fosse a pronta atenção do Governo do Estado também, vamos reconhecer, e do Corregedor da Polícia Civil, Dr. Luiz Chemim Guimarães, e não fosse a presença dele, talvez as investigações não tivessem chegado até onde já está, já estão ou já estejam.

O Sr. Fuad Nacli — Sr. Deputado Fideicino Tolentino, eu não queria dialogar com Vossa Excelência, mas pedi apenas um aparte para garantir ao povo do Paraná e principalmente à nossa região de Cascavel, que o Governo do Estado, o Secretário da Segurança, como Vossa Excelência bem viu o Diretor da Polícia Civil esteve pessoalmente em Cascavel, tratando do assunto e do problema tão grave que hoje não se tornou só do Paraná, mas do Brasil todo.

Vossa Excelência sabe perfeitamente da minha situação. Ainda há poucos minutos, acabei de conversar com Vossa Excelência, que veio de Cascavel e não sabia que iria para a tribuna.

Eu jamais teria condições de defender qualquer criminoso, seja ele até meu irmão, pode ser até da minha família, não vamos dar cobertura, como disse Sua Excelência o Sr. Governador, a nenhum criminoso. A ARENA será muito mais fortalecida, procurando agir decentemente, corretamente, como está agindo.

Vossa Excelência poderá ficar tranqüilo, Deputado Fideicino Tolentino, que eu, junto com Vossa Excelência, dentro da Comissão, iremos ao Governador e ao Secretário, se necessário for. Mas não vejo necessidade, porque vejo que eles estão procurando trazer as informações à opinião pública. O que não podemos trazer aqui, são os problemas pessoais de cada um, e nem levar ao problema.

Mas quero deixar bem claro que a atitude que Vossa Excelência tomou em Cascavel, foi uma atitude - para mim - não foi de color política, mas sim como defensor daquela região. Se Vossa Excelência quando falou comigo por mais de duas vezes de Cascavel, e falei com Vossa Excelência e mais amigos, eu tinha certeza e confio cegamente, posso assim

afirmar, no Secretário de Segurança do Estado, no Governador do Estado e no Diretor da Polícia Civil. Vossa Excelência poderá ficar tranqüilo, como toda a região do Oeste do Paraná, poderá, ficar tranqüila, custe a quem custar, os criminosos, se houver provas, irão para a cadeia.

Era o aparte que queria dar a Vossa Excelência. Só peço escusas, de não estar aqui o nobre Deputado David Cheriegate, porque senão eu saberia o que fazer. Mas, na oportunidade em que ele estiver em plenário, farei apartes, se alguém falar, e falarei desta tribuna. Porque ele participou, está participando, porque o Deputado Renato Bueno, por uma questão de foro íntimo, não quis entrar no mérito, renunciou à sua indicação.

É o que diria no meu aparte. Obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu só quero dizer, agradecendo o aparte de Vossa Excelência, que agora, depois que eclodiu a suspeição sobre as autoridades municipais, e que esta suspeição pesou sobre um determinado sargento de nome Arthur, carcereiro da cadeia de Cascavel, pesadas acusações; o Prefeito, nas suas declarações, diz que é talvez uma trama política da Oposição. Parece que neste País, tudo de ruim que acontece vem da Oposição e nós ainda somos obrigados a agüentar, mas não calaremos.

Não é possível, e a Oposição partidária de Cascavel repudia com toda a veemência, com toda a inteligência que possa ter, e com todo o respeito que possa ter a todos os eminentes membros da ARENA, repudia terminantemente qualquer afirmativa desta natureza: se cometeram ou deixaram de cometer injunção ou participação no crime, que não envolva, que não manche a Oposição que há muitos anos vem sofrendo pesadas críticas e pesadas manobras de ordem econômica e financeira, nos pleitos eleitorais.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) Responda-me, rapidamente, nobre Deputado, de que Partido é o Prefeito Jacy Scanagata, que volta e meia tem aparecido nas manchetes de jornais?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Do MDB não é. Consta que seja da ARENA.

O Sr. Fiori Luiz — Os jornais, a maioria, omite este detalhe. Se fosse do MDB, o tratamento seria em caixa alta.

Apenas um detalhe. O Deputado que usa a tribuna, nós estamos sabendo, foi ameaçado de morte, por uma autoridade de Cascavel. Então, é hora da gente apelar, mais uma vez, ao Excelentíssimo Governador do Estado, Ney Braga, ao Secretário de Segurança, porque o Paraná quer este crime desvendado, e logo. Há muito dinheiro em jogo, o que estaria retardando a elucidação deste crime.

Estamos acompanhando, com atenção, o trabalho do Delegado Especial, Siqueira, que foi mandado para lá, que já o conhecemos, por uma passagem em Londrina, vamos acompanhar o trabalho do Sr. Chemim, do Sr. Haroldo, que é o Secretário, confiando sim, mas com um pé na frente, outro atrás.

Estão tentando desvirtuar os fatos para desviar as atenções. As autoridades de Cascavel já sabem quem mandou matar. O que estão esperando para meter na cadeia o mandante ou os mandantes, seja rico, seja ARENA, seja MDB, quem seja, já era para estar na cadeia há muito tempo.

Muita gente ainda vai sair bem desta história, Sr. Deputado. Era o meu aparte.

Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Muito obrigado.

Quero colocar aqui, aproveitando minha passagem pela tribuna, agradecendo ao eminente Deputado Mário Celso, que cedeu-me a oportunidade de falar no Grande Expediente, que o que não dá para entender e quero deixar isto registrado, é que o Comandante do Sexto Batalhão da Polícia de Cascavel, ao procurar impedir que a passeata dos jornalistas se realizasse, procurou criar determinado obstáculo para esta ameaça, exatamente em frente à Prefeitura Municipal. Se não fosse a inter-

venção deste Deputado, e até quero agradecer a compreensão de todos os participantes da imprensa de Cascavel, num apelo que fizemos, para que fossem ordeiros e obedecessem as determinações daquele Comandante; se não fosse a nossa intervenção, talvez pudesse se verificar um crime de maiores proporções em Cascavel, através do tumulto que lá poderia se originar.

É lamentável que ele venha para a imprensa juntamente com a Associação Comercial e Industrial de Cascavel, dizendo e se adiantando em querer inocentar o Sargento Arthur; se for inocente, a Justiça declarará sua inocência; e a Associação Comercial, dizendo que possíveis vítimas poderão ser imputadas.

Isto não é missão de uma Associação Comercial e Industrial, como não haveria de ser uma posição do Poder Legislativo.

Se venho declarar aqui, Sr. Presidente, estes aspectos, é porque creio e tenho para mim que o Poder Legislativo, mais uma vez, foi pisoteado pelo Poder Executivo, porque não foi permitido desempenhar a função que esta Assembléia lhe conferiu.

E deixo aqui, Sr. Presidente, a minha consternação, o meu desapontamento, o meu desalento, porque não tivemos a oportunidade sequer de ter sido considerado. Todavia, quero fazer um agradecimento especial ao Dr. Luiz Chemim Guimarães, em nome da população de Cascavel e em nome dos profissionais da imprensa de Cascavel, excluído o Jornal "O Paraná", do grupo do Sr. Prefeito, com quem manteve diálogo franco, aberto, e o mais descontraído possível. E a população de Cascavel, através de sua permanência em Cascavel, realmente sentiu o pulso, a firmeza e a segurança das investigações.

E da nossa parte, queremos crer e queremos declarar, que nós todos, a imprensa e a sociedade de Cascavel, queremos crer que, pelo menos 80 por cento da população estará esperando a firmeza, a determinação e a coragem das autoridades do Governo do Estado, no sentido de desvendar, nua e crua, o nome dos mandantes, dos culpados implicados, direta ou indiretamente, no crime da morte do jornalista Antônio Heleno.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) Apenas para registrar a nossa satisfação, quando Vossa Excelência reconhece que o Governo do Estado, através do Diretor da Polícia Civil e do Secretário de Segurança está conduzindo as investigações com mão firme e procurando elucidar esse crime.

A denúncia que Vossa Excelência traz à Casa, da desconsideração que sofreu o Poder Legislativo, na sua pessoa, realmente é séria. E eu perguntaria ao nobre Deputado e ao Sr. Presidente da Casa, se Vossa Excelência já estava credenciado como representante deste Poder, em Comissão Especial, para acompanhar as investigações criminais.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu respondo a Vossa Excelência. Razão até porque respondo que o Poder Legislativo não me conferiu credencial alguma para isso.

O Sr. Erondy Silvério — É lamentável. É lamentável que não tivesse feito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — No entanto, eu quero concluir.

Entretanto, por um pedido especial, e não fosse isso, por causa da nossa investidura, nós entendemos e entendíamos, naquele momento, apesar da nossa revolta, entendíamos que melhor seria o nosso retraimento, porque assim não teríamos qualquer conhecimento de gestões investigatórias a respeito do problema.

Ficamos afastados, embora continuando à distância, mas compreendíamos o apelo do Dr. Luiz Chemim Guimarães, para que realmente permanecesse um pouco à distância. E já

aí entendi e as suas declarações públicas vieram à tona, quando ele apontava eventualmente a participação das autoridades de Cascavel, com quem não tenho nenhuma afinidade política, mas nem de longe. E exatamente neste aspecto, ainda que não fôssemos credenciados, como membro da Comissão Especial de Deputados, mas como integrantes do Poder Legislativo do Estado — e é aí que acho, eminente Líder do Governo, o desmerecimento, a desconsideração, o desprezo para com o Poder Legislativo —. Porque, quem me atendeu foi um contínuo de porta de cadeia, e só não tomei a determinação de abrir e entrar, porque tenho em grande conta pela velha amizade dos bancos acadêmicos, o Dr. Luiz Chemim Guimarães e Dr. Renato Souza Lobo, de quem privo de uma amizade dos bancos secundários.

Por esta razão, tenho o dever para com o Poder Legislativo do qual sou integrante, de fazer estas declarações.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço, e gostaria de esclarecer ao aparte que generosamente Vossa Excelência me concedeu.

Então, Vossa Excelência reconhece que não houve desprestígio ao Poder Legislativo, bem como reconhece a lisura com que está se havendo o Governo do Estado neste episódio, não justificando, portanto, o aparte do nobre Deputado Fiori Luiz, quando quase num ataque histérico, exigiu que o Governador prendesse imediatamente o criminoso, como se o Governador fosse um policial.

E outra coisa que quero dizer a Vossa Excelência, em resposta ainda ao nobre Deputado, é que ladrão, criminoso, existem em ambos os Partidos. Porque a humanidade é assim mesmo, existem os bons, os maus, os de vida regular e vida irregular, existem corruptos no MDB, na ARENA, criminosos no MDB e na ARENA.

Agradeço o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que seu tempo está esgotado e consulta à Liderança do MDB, se deseja fazer uso do horário.

(A Liderança concede seu horário ao orador que se encontra na tribuna).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Dentro do horário reservado ao MDB, Vossa Excelência tem quinze minutos.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Concederei o aparte em seguida.

Mas, para que eu não seja traído pela memória, queria deixar registrado ainda, Sr. Presidente, que farei um relato completo à minha Bancada, na reunião de quarta-feira, porque há a interpretação de que a Liderança do meu Partido pediria a intervenção federal no Município de Cascavel.

E, na conversa que tive com o eminente Líder Nilso Sguarezi, a intervenção não é de caráter político, de que falava o Deputado, muito lucidamente, mas a intervenção do Governo e a intervenção das autoridades para que o crime fosse realmente desvendado e que desse todo o apoio e todo o prestigiamento para os elementos que para lá se deslocassem.

Porque um fato ocorreu em Cascavel, Sr. Presidente. Na nossa ausência, e nos primeiros momentos, quando ainda não estávamos em Cascavel, a própria Polícia de lá, — e isso é o comentário geral na cidade — a própria Polícia não permitiu sequer a concessão de gasolina para que o Delegado e seus agentes especiais fossem ao encalço dos criminosos, Sr. Presidente.

Isso é muito grave, muito grave. E realmente, Sr. Presidente, sempre que acontece um crime lá em Cascavel, a alegação ou a evasiva da polícia é de que não tem gasolina para as viaturas, enquanto se vê mordomias à vontade, não só no Paraná, mas em todo o Brasil.

É de se lamentar, que quando se buscam criminosos, para se fazer justiça, não se encontra mesmo dentro da polícia

respaldo adequado para os seus colegas, e quantas vezes nós, da Oposição, estamos vindo a esta tribuna a pedir a intervenção do Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança, para dotar a polícia de todo o instrumental que a polícia precisa e sobretudo viaturas, sobretudo condições financeiras e humanas para que a polícia possa desincumbir esta sua dura missão de proteger a sociedade.

Concedo um aparte ao nobre Deputado José Tavares. O Sr. José Tavares — Nobre Deputado, ouvi atentamente as colocações que Vossa Excelência fez da tribuna, com relação a esse crime que vitimou o jornalista Antônio Heleno, na cidade de Cascavel.

Tenho acompanhado também o noticiário, através da imprensa, e confesso a Vossa Excelência que, com a relativa experiência que temos na área da segurança pública, eu diria mais uma vez, a frase que tenho repetido ao longo da minha carreira, ao longo da minha vida, principalmente a partir do instante em que participei da Segurança Pública do Paraná. Tenho dito, nobre Deputado, que crime insolúvel não existe. O que existe é a inoperância da Polícia por não querer ou não poder, por interesses quaisquer, esclarecer ou elucidar determinados crimes.

O Paraná e o Brasil, mais particularmente o Paraná, que conheço relativamente bem, é um Estado onde existe um número espantoso de crimes insolúveis. Crimes dos mais bárbaros, dos mais hediondos, dos mais chocantes. Todos envolvendo vidas úteis de pessoas que morrem e suas famílias não recebem, por parte das autoridades, a menor atenção no que diz respeito ao esclarecimento, à indicação do nome do seu autor, à Justiça e conseqüentemente, à prisão.

É o Paraná um Estado que faz coleção de crimes insolúveis. E quando tomamos conhecimento de mais esse crime ocorrido em Cascavel que, repito, Sr. Deputado, Cascavel não merece o que vem recebendo ultimamente, em termos de violência. Não é de hoje que o País inteiro vem tomando conhecimento do alto grau de violência e criminalidade existentes nessa gigante cidade de Cascavel.

E quero lamentar, desta feita, que se vêm envolvidos nomes de pessoas influentes, de pessoas poderosas econômica e politicamente falando, e mais uma vez com a minha modesta experiência, digo a Vossa Excelência que muito espero da Segurança neste campo. Só barulhos se tem feito em todos os crimes que aqui acontecem.

Londrina é o maior exemplo disso. Vidas e vidas têm sido ceifadas. Pessoas e pessoas têm morrido. E não temos sentido a menor consideração. O ser humano não é um objeto para ser tratado com descaso, com tamanha omissão, por parte das autoridades da Segurança do Paraná.

Fico perplexo e não acredito — em que pese o respeito que tenho pelo Dr. Luiz Chemim Guimarães — na estrutura policial do País, principalmente na estrutura policial do Paraná. Conheço muito bem o Delegado Especial que para lá foi indicado. Conheço muito bem os agentes que o acompanham. Conheço muito bem os policiais que serviam à Subdivisão de Cascavel. Conheço muito bem, porque foi meu carcereiro em Londrina, o sargento Arthur de Oliveira.

Não confio, não acredito. Só tem-se feito barulho. É mais um crime para a coleção dos insolúveis. Mais uma família enlutada. Mais uma família desgraçada.

Isso é lamentável, Sr. Deputado, Cascavel não merece isso.

Oxalá que com a morte de um jornalista, um homem ligado à imprensa, as autoridades do Paraná façam um exame de consciência e meditem mais, procurem fiscalizar mais os atos daquelas autoridades que estão à frente das investigações, para que esse não se transforme em mais um crime insolúvel, na triste quadra negra da Segurança do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e quero dizer exatamente neste aspecto, devo fazer aqui um reparo na colocação feita pelo eminente Deputado Erondy Silvério, quando acudiu-se com o aparte do eminente Deputado Fiori Luiz.

A razão é ponderável e a estrutura realmente é essa que bem declarou o Deputado José Tavares. E o nosso temor, bem explicitado pelo Deputado Fiori Luiz e que agora vem clarear exatamente aqueles pontos que não ficaram bem claros.

É que o Poder Legislativo, queiram ou não, por uma questão de foro íntimo, dizia eu, não tomei outras deliberações pessoais como Deputado, mas que foi mais uma vez postergado diminuído, aviltado. Isso fica gravado na Assembléia Legislativa do Paraná, nos seus anais.

E quero prosseguir, Sr. Presidente. E se estamos colocando essas esperanças, não são esperanças pessoais que coloco aqui. São esperanças declinadas pela população de Cascavel, e não quero fazer juízo precipitado e nem vir aqui como homem de primeira informação.

Quero crer, até que as coisas se esclareçam, quero ter a ponderação de aguardar o desenrolar dos fatos, para que depois possamos vir aqui a esta tribuna, reconhecer ou acusar quem quer que seja, porque desta tribuna, nós temos hoje, graças a uma revolta do povo brasileiro, imunidades parlamentares que foram conquistadas a duras penas.

E mais, Sr. Presidente, o receio que tem a sociedade de Cascavel, é que, com o atraso na tomada de depoimentos desses implicados, ganha-se tempo para articulação de fórmulas convenientes para elementos eventualmente implicados e que tenham influência no poder de decisão e o que pretendemos, Sr. Presidente, e aqui desta tribuna, é que o Governo do Estado, realmente, tome para si, avoque para si o desejo de esclarecer todos os pontos, todos os episódios, principalmente deste evento criminoso, bárbaro, hediondo, repugnante e dos mais bestiais que aconteceram em Cascavel e o sargento que até agora não foi ouvido, parece ter um passado negro, seja por Londrina, seja por Pato Branco, seja por Cascavel, e por outras comarcas onde tem andado, tem recebido o respaldo das altas autoridades do Estado, e tem-se valido delas para poder fazer ou satisfazer seus instintos que, em muitos processos, segundo constam informações, satisfazer os seus instintos criminosos ou de deformação moral.

A verdade é que a população de Cascavel tem um grande temor pela presença deste homem, e nós, nas duas campanhas políticas, em 76 e 78, pedimos ao Juiz de Cascavel que afastasse esse homem das eleições, porque, armado, fazia pressão para votarem nos seus candidatos.

Em 1976, trabalhou ostensivamente para Jacy Miguel Scanaghata e Assis Gourgass, em 1978, o eminente Deputado que aqui não se encontra, David Cheriegate, serviu-se de sua colaboração.

Concedo o aparte a Vossa Excelência, para concluir.
O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Vossa Excelência tem meio minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Concedo esse meio minuto ao Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — É lamentável que o nobre Líder da Aliança Renovadora Nacional confunda firmeza de defesa de uma coletividade com histerismo. Quando nós cobramos do Governador uma posição, nós estamos cobrando que o Governador aja com firmeza junto ao Secretário de Segurança e também ao Diretor da Polícia Civil. Se ele não foi polícia, pelo menos que eu sei, comandou a Polícia do Paraná.

Então o Sr. Governador deve saber muito bem da estrutura falida e corrupta da polícia aqui do Paraná.

Então, voltamos a pedir e exigir uma tomada de posição sim, do Sr. Governador. O nobre Líder da ARENA confunde

histerismo, às vezes, com coragem e firmeza.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente. Só quero encerrar e dizer que tomei conhecimento de que em Brasília, não faço acusação, mas deixo aqui a minha apreensão, eu teria sido objeto de eventual promessa de morte, vítima de mesmo tipo de crime. Nunca disse aqui desta tribuna que tinha sido, eu formulei hipótese nessa ou naquela ocasião, de que estaria sendo ameaçado, mas depois fui acusado por um Deputado desta Casa. Agora, fui informado dessa tribuna e estou sabendo que houve uma das autoridades de Cascavel que disse que não ia mandar matar este Deputado, mas que ia fazer pessoalmente, este crime.

Era isto o que queria deixar registrado.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta a Liderança da ARENA. — Declina

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 97/79 (Mens. Govern. nº 73/79), que objetiva instituir a Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná - FIDEPAR, com personalidade jurídica de direito privado e vinculada à Secretaria de Estado dos Recursos Humanos. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 97/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica instituída a Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná - FIDEPAR, com personalidade jurídica de direito privado, autonomia administrativa e financeira, vinculada à secretaria de Estado dos Recursos Humanos.

Parágrafo único -- A FIDEPAR terá sede e foro na Capital e jurisdição em todo o território do Estado do Paraná.

Art. 2.º — São objetivos da FIDEPAR:

I — assessorar o Governo do Estado e outros órgãos públicos e o setor privado, na elaboração e análise de projetos especiais pertinentes à política de recursos humanos, a serem desenvolvidos ou estimulados em função dos objetivos da programação estadual, federal ou municipal;

II — identificar necessidades e selecionar pessoal, da Administração Pública ou de empresas privadas, para participar de cursos por ela promovidos;

III — executar programas e atividades de capacitação e valorização de pessoal técnico e administrativo, inclusive especialistas da Administração Pública e de empresas privadas;

IV — elaborar, executar e coordenar programas e atividades de formação e aperfeiçoamento de Recursos Humanos de caráter permanente ou temporário, em todos os graus e em todas as áreas de atuação do Governo;

V — planejar, coordenar e estimular programas de pesquisas sobre Recursos Humanos que visem a identificação quantitativa da força de trabalho necessária ao uso de processos científicos e tecnológicos na administração pública;

VI — selecionar e indicar candidatos a bolsas de estudos, visando sempre dotar a Administração Pública de elementos efetivamente capacitados ao exercício de atividades técnicas e

especializadas;

VII — acompanhar e controlar o desempenho posterior do pessoal treinado;

VIII — coordenar estágios de estudantes e técnicos nos órgãos da administração direta do Estado;

IX — pesquisar permanentemente a oferta e demanda de mão-de-obra qualificada;

X — promover a integração entre o setor público estadual e as universidades;

XI — outras atividades correlatas.

Art. 3.º — O patrimônio inicial da FIDEPAR será constituído pelos bens móveis que lhe forem destinados, da carga patrimonial da Secretaria de Estado do Planejamento, em uso pelo Programa Paranaense de Treinamento de Executivos.

§ 1.º — O patrimônio da FIDEPAR será ainda constituído:

a) — por bens móveis ou imóveis e direitos que lhe forem destinados, em caráter definitivo, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras;

b) — por doações, heranças ou legados de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 2.º — A forma de gestão do patrimônio da FIDEPAR será definido por meio de seu Estatuto.

Art. 4.º — Constituem receitas da FIDEPAR, além dos recursos e rendas provenientes de seu patrimônio:

a) — dotações consignadas no orçamento do Estado ou de outras entidades públicas;

b) — doações, legados, auxílios, contribuições e subvenções de entidades públicas e pessoas físicas ou jurídicas;

c) — recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos;

d) — receitas resultantes da prestação de serviços e outras receitas operacionais;

e) — rendas de aplicações financeiras;

f) — saldos orçamentários e extra-orçamentários de entidades ou programas que venham integrá-la;

g) — recursos de outras origens e rendas eventuais.

Art. 5.º — A FIDEPAR será administrada por um Conselho de Administração composto por 10 (dez) membros efetivos e 4 (quatro) suplentes e uma Diretoria Executiva, composta por 4 (quatro) membros, todos nomeados pelo Governador do Estado, com mandato de 4 (quatro) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo único — Serão remunerados apenas os membros da Diretoria Executiva, cujos vencimentos, fixados anualmente por Decreto, não excederão, a qualquer título, ao atribuído aos Secretários de Estado.

Art. 6.º — O Estatuto, aprovado pelo Decreto, fixará atribuições, competência, estrutura complementar e demais condições para o pleno funcionamento da FIDEPAR, respeitadas as disposições legais cabíveis.

Parágrafo único — A partir da regulamentação da FIDEPAR, deixará de existir o Programa Paranaense de Treinamento de Executivos - PPTe, cujo acervo, responsabilidades e atividades ser-lhe-ão incorporadas até o final dos programas em andamento.

Art. 7.º — O regime jurídico do pessoal da FIDEPAR será o da legislação trabalhista, com remuneração compatível com o mercado de trabalho.

Parágrafo único — Servidores da administração estadual poderão ser colocados à disposição da FIDEPAR, percebendo remuneração exclusivamente por uma das fontes, com as vantagens de lei.

Art. 8.º — O exercício financeiro da FIDEPAR coincidirá com o ano civil.

Art. 9.º — A Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná - FIDEPAR, prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado, na forma prevista pela legislação

específica.

Art. 10 — A FIDEPAR gozará dos privilégios e isenções dos tributos estaduais.

Art. 11 — Os bens imóveis da FIDEPAR só poderão ser alienados com autorização da Assembléia Legislativa.

Art. 12 — No caso de extinção, atendidos os encargos contraídos pela FIDEPAR, seus bens reverterão ao patrimônio do Estado do Paraná.

Art. 13 — A FIDEPAR obedecerá as normas relativas à licitação previstas na legislação pertinente.

Art. 14 — Os recursos financeiros da FIDEPAR serão, preferencialmente movimentados através de organizações bancárias oficiais.

Art. 15 — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), à Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, destinados a atender os encargos previstos nesta lei, utilizando como recursos para sua cobertura, o cancelamento em dotações consignadas à mesma Secretaria no Orçamento Geral do Estado para 1.979.

Art. 16 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Renato Bernardi, Relator

REDAÇÃO FINAL — do projeto de Lei n.º 98/79 - (Mens. Govern. n.º 77/79), que autoriza aquele Poder, a abertura de crédito especial no montante de Cr\$ 895.000.000,00 (oitocentos e noventa e cinco milhões de cruzeiros), para atender despesas de pessoal. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 98/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 895.000.000,00 (oitocentos e noventa e cinco milhões de cruzeiros), destinado a atender despesas com pessoal e encargos sociais dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, não previstos à época da formulação do Orçamento vigente.

Art. 2.º — Como recursos para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os resultantes do cancelamento de dotações consignadas no Orçamento Geral do Estado e os provenientes de excesso de arrecadação.

Parágrafo único — Fica também o Poder Executivo autorizado a promover a substituição dos recursos da arrecadação própria do Tesouro, originalmente previstos para a cobertura de investimentos, por recursos de operações de crédito autorizadas, com vistas a propiciar a liberação de dotações gráficas e financeiras para a execução das despesas a que se refere esta lei.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Renato Bernardi, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 108/79 (Mens. Govern. n.º 78/79) que dá nova redação ao art. 1.º da Lei n.º 7079, de 08/01/79, na qual autorizava a abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para atender despesas com o Fundo de Previdência do Parlamentar — FEPPA. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 108/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica alterado o art. 1.º da Lei n.º 7079, de 08

de janeiro de 1979, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial no valor de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), destinado a atender despesas com o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA, criado pela Lei n.º 6.639, de 29 de novembro de 1974, conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO: ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO

UNIDADE: ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

FUNÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PROGRAMA: PROGRAMAS INTEGRADOS

SUBPROGRAMA: PROGRAMAÇÃO ESPECIAL

ATIVIDADE: ATENDIMENTOS A PROJETOS E ATIVIDADES ESPECIAIS

DOTAÇÃO: 2301.07401832.335

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES

3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

3.2.1.0 — TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS

3.2.1.4.04 — CONTRIBUIÇÕES A FUNDOS

OUTROS FUNDOS Cr\$ 2.000.000,00”

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 84/79, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que reduz os acréscimos que incidem sobre contribuições previdenciárias em atraso, junto ao Instituto de Previdência do Estado - IPE. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 85/79, de autoria do Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância”, da cidade de Matelândia. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 86/79, de autoria do Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a “Fundação Educacional de Foz do Iguaçu - FUNEFI”. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 88/79, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública a “Liga das Damas de Caridade de Jandaia do Sul”, com sede e foro na cidade de Jandaia do Sul. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 92/79, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a “Associação Assistencial Nossa Senhora do Rosário”, com sede e foro na cidade de Paranaguá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações aos democratas que, no Congresso Nacional, votaram pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. —

Rejeitado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que sejam efetuadas as nomeações dos aprovados nos concursos realizados na área da Segurança Pública. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, no sentido de apurar denúncias e tomar providências com respeito a atitudes arbitrárias que vêm ocorrendo no Grupo Escolar Palmital, no Município de Colombo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Senhora Theima Dantas, eleita ontem Presidente do Diretório Municipal do MDB, de São José dos Pinhais. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, em forma de apelo, a fim de que estudem e verifiquem a possibilidade do Governo Estadual conceder aos funcionários estaduais, reajuste salarial semestral. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretários da Saúde e Bem-Estar Social e do Diretor do Instituto de Assistência ao Menor, encarecendo auxílio para a manutenção do “Lar das Meninas”. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor da Polícia Civil, consubstanciado em pedido de informações, sobre fatos ocorridos na cidade de Sertaneja, envolvendo a polícia de Cornélio Procopio. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de sugestão, visando a criação da Secretaria de Estado da Comunicação Social. — Em discussão.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Zacharias Vieira, eleito Presidente do Diretório Municipal do MDB, de Piraquara. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 28, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 84, 85, 86, 88 e 92/79.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 72, 73 e 74/79, e dos Projetos de Lei n.ºs 130/77, 35, 81 e 89/79.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 92/79, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 33/79.

Levanta-se a sessão.